

XXII Encontro APHES – Universidade de Aveiro – 15 e 16 de Novembro de 2002:

“Empresas e Instituições em perspectiva histórica”

Proposta para Mesa Redonda: *Os corpos de mão morta enquanto instituições financeiras e de investimento – perspectiva histórica*

Coordenadora: Laurinda Abreu, Universidade de Évora

Ainda que condicionados pela sua situação jurídica quanto à posse e administração de bens imóveis, os corpos de mão-morta procuraram desde cedo a rentabilização do seu património. Demonstrando uma enorme capacidade de adaptação às circunstâncias dos tempos, e assumindo, em muitos casos, atributos de instituições pré-bancárias, começam por adquirir censos consignativos, quando os impedimentos legais proibiam o empréstimo de dinheiro à razão de juro, para entrar directamente no mercado creditício logo que as leis da Igreja e do reino o permitiram. Com os réditos obtidos – tantas vezes multiplicados pela arrematação dos bens hipotecados aos empréstimos – algumas corporações adquiriam imóveis, que depois transacionavam para reinvestir no crédito, ou, simplesmente, arrendar ou aforar, sem preocupações de maior em separar os bens livres dos vinculados, originando confusões patrimoniais de tal envergadura que dificilmente conseguiram escapar à intervenção desamortizadora pombalina. Outras, beneficiando da lei que lhes permitia usufruir de taxas de juro mais reduzidas, escolheram a posição dupla de credoras e devedoras, pedindo dinheiro para depois o emprestarem, numa lógica administrativa de riscos múltiplos, mas eficaz na resposta a situações económicas mais graves.

De entre todas as instituições que tomaram a aplicação de capitais a juro como principal opção de gestão patrimonial, o destaque vai para as Misericórdias. Por razões várias, mas, sobretudo, porque a conjugação de diversos factores – nomeadamente o facto de a sua patrimonialização ter sido coeva da alteração das leis relacionadas com o empréstimo usurário e de uma conjuntura globalmente depressionária que sobrevalorizava a procura de dinheiro – as impeliram para esse caminho. Os resultados daí decorrentes são genericamente conhecidos. Todavia, só estudos circunstanciais e que permitam estabelecer comparações entre as Santas Casas e as outras entidades suas congéneres, poderão

desvendar a real importância dos corpos de mão-morta enquanto instituições financeiras e de investimento, bem como o lugar que ocuparam na vida económica do Portugal de Antigo Regime.

Basicamente, será esta a temática que nos propomos tratar na Mesa Redonda que contará com as seguintes participações:

Abreu, Laurinda, (Univ. de Évora); *As actividades creditícias das Misericórdias de Setúbal e Lisboa (sécs. XVII-XVIII)*

Amorim, Inês, (Univ. do Porto); *Gestão patrimonial e estratégias creditícias: rumos e directrizes em duas instituições: a Misericórdia de Aveiro e o Convento das Freiras Carmelitas de Aveiro, no século XVIII.*

Araújo, Marta Lobo, (Univ. do Minho); *A actividade creditícia da Misericórdia de Viana do Castelo durante o século XVIII*

Pardal, Rute, (mestranda Univ. De Évora); *O sistema creditício na Misericórdia de Évora em finais de Antigo Regime*

Reis, Maria de Fátima, (Univ. de Lisboa); *A Misericórdia de Santarém: estruturação e gestão de um património*

Vaz, Francisco, (Univ. de Évora); *Os empréstimos de dinheiro a juros em dois conventos de Évora (1763-1778).*